



## **RELAÇÕES URBANO-RURAIS: CIDADES DE VINHO NA REGIÃO DO DOURO, EM PORTUGAL**

URBAN-RURAL RELATIONS: WINE CITIES IN THE DOURO REGION, IN PORTUGAL

Rita Alcântara<sup>1</sup>

ritaalcantara@outlook.com

### **Resumo**

A Região Demarcada do Douro, em Portugal, é considerada uma das mais antigas do mundo na regulamentação do negócio do vinho. O objetivo deste trabalho é analisar e entender a Região do Douro, produtora de vinhos, na perspectiva das relações urbano-rurais, numa leitura feita desde a realidade brasileira. No marco teórico, aprofunda-se o entendimento sobre governança e se estabelece diálogo com a abordagem institucionalista, por meio das políticas públicas portuguesas específicas para o setor, mediante o suporte de levantamentos bibliográficos, pesquisas de campo e entrevistas a especialistas das questões do Douro. Este trabalho está inserido numa análise crítica sobre o método histórico e dialético. Conclui-se que, na RDD há mudanças evidentes de perfil na apropriação da terra, estabelecendo-se a concentração fundiária nas mãos da categoria empresarial. E mais, a renda do vinho tem importância além da escala local alcançando a dimensão regional, Porto e Vila Nova de Gaia (setor privado exportador) e internacional.

### **1 Introdução**

A Região do Douro é uma das mais antigas do mundo em termos de regulamentação do negócio do vinho, e adquiriu grande notoriedade associada ao vinho fortificado, dito vinho do Porto. A organização da produção desse vinho no Douro remete a uma lógica de produção controlada, regulamentada, com liberações previamente autorizadas. A estratégia é manter uma produção estável, relativamente pequena, capaz de manter o preço elevado.

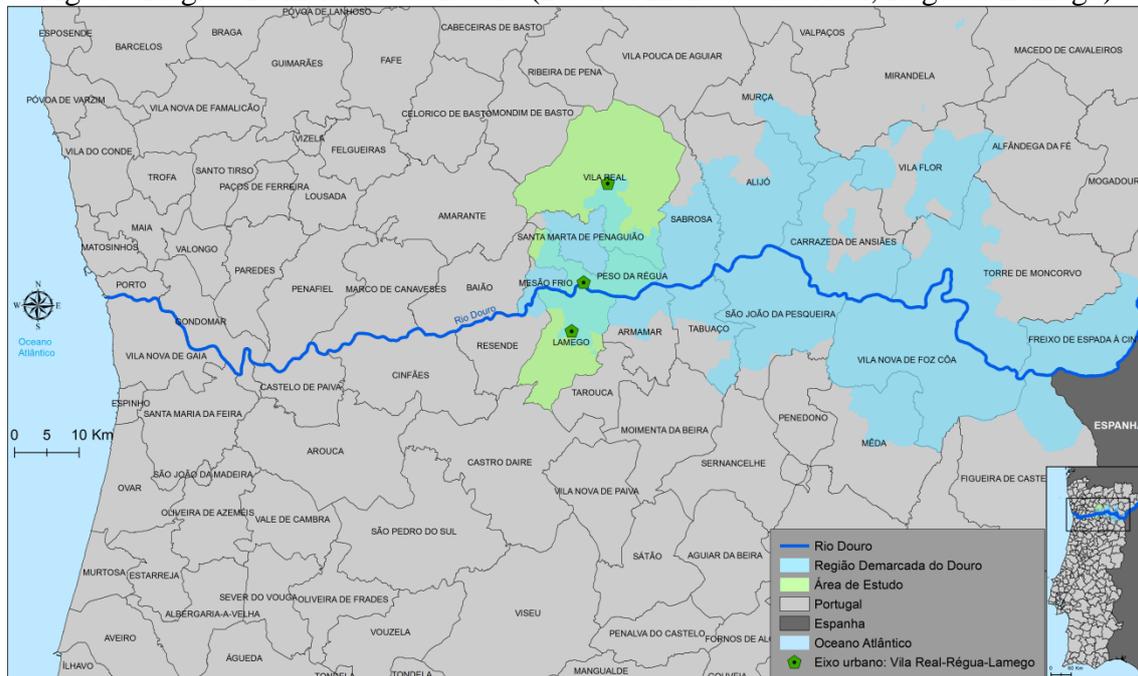
Essa região produtora de vinhos, é lugar de encontro de lógicas globais e locais, devido essencialmente à produção e ao comércio desse vinho, já que sua economia assume funções que vão muito além do espaço local. Nesse contexto, há vários acordos, tratados, instituições formais e organizações, que constituem elementos fundamentais para a operacionalização desse negócio.

---

<sup>1</sup> Professora Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Na tentativa de estabelecer um entendimento entre as relações urbano-rurais na RDD, (Fig. 1), defendemos que o essencial está associado ao vinho, e não é possível dissociá-lo do território nem das cidades mais importantes, pois neles está o Estado, outros atores públicos e o setor privado. A produção de vinho é local, mas a representatividade econômica extrapola essa dimensão alcançando a cidade do Porto e a de Vila Nova de Gaia.

Fig. 1 – Região Demarcada do Douro (Douro Aliance: Vila Real, Régua e Lamego)



Fonte: Carta Administrativa de Portugal - CAOP 2015.

A partir disso, nosso objetivo é analisar e entender a Região do Douro, produtora de vinhos, na perspectiva das relações urbano-rurais, numa leitura feita desde a realidade brasileira. A questão central é: Em que medida o cultivo e a produção de vinhos têm repercussões nas relações urbano-rurais dos sítios que compõem o “Douro Aliance”<sup>2</sup>? Para responder à questão posta, foram feitos levantamentos bibliográficos em fontes secundárias do Instituto Nacional de Estatística (INE), Instituto do Vinho do Douro e Porto (IVDP) e cooperativas ligadas ao setor, bem como pesquisas em documentos existentes e em fontes primárias, pesquisas de campo e entrevistas a especialistas das questões do Douro. Este trabalho está inserido numa análise crítica sobre o método histórico e dialético, que consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade atual.

O artigo encontra-se organizado em quatro secções. A primeira aborda o Douro. A segunda expõe o marco teórico voltado para a governança e a dimensão institucional, de forma combinada,

<sup>2</sup> Douro Aliance é uma estrutura pioneira e quase exclusiva de cooperação formal entre municípios de Portugal.

no contexto da Região Demarcada do Douro. A terceira analisa relações urbano-rurais. Por último, apresentam-se as considerações finais.

## **2 Fundamentação teórica: instituições e governança**

Lacaze (1995, p.21) afirma que, além de se tornar uma política pública definida como tal, o ordenamento do território é um campo de forças onde, por um lado, há o poder centralizador dos estados, desejosos de impor um modelo de organização fundamentado no controle e no domínio e, por outro, há o jogo complexo das iniciativas individuais e das forças econômicas, no qual as cidades desempenham papel principal.

Falar de jogo de poder remete à questão das instituições, uma vez que elas são criadas e posteriormente modificadas pela sociedade, para organizar a vida em comum. Portanto, se existe uma política de planejamento do território, ela precisa estar fundamentada em instituições formais. North (1993, p.7) dá importância a compreensão das instituições e o seu papel, quando as define como um conjunto de regras, procedimentos de aceitação e normas de comportamentos morais e éticos, criados para restringir o comportamento dos indivíduos. As instituições políticas e econômicas formam a estrutura de incentivos de uma sociedade, portanto, são fatores fundamentais ao desempenho econômico.

Williamson (1993) e North (1993) concordam com a existência de interdependência e complementaridade, posto que as instituições informais influenciam as instituições formais. Em outras palavras, as instituições misturam-se, combinam-se e se contradizem em alguns momentos. Existe dinamismo, é um processo que se materializa no espaço.

A título de exemplo, a visão do meio sob a organização produtiva do Douro produtor de vinhos teve e tem consequências importantes na própria indução da Região Demarcada do Douro, por meio de distintas organizações oficiais, como a Comissão de Viticultura da Região Duriense (1907 e extinta em 1932), Associação dos Exportadores do Vinho do Porto, Casa do Douro (1932), Associação das Empresas de Vinho do Porto (constituída em 1975), Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P., adiante designado por IVDP <sup>3</sup> e Federação Renovação Douro que de certa forma atuam sobre uma concepção regional.

Nesse ponto de vista, entende-se como essencial considerar as instituições como organizadoras do processo, posto que, em vários momentos, as pressões entre o setor comercial e o setor produtivo conduziram o Estado a estabelecer novo arranjo institucional para atender às demandas pertinentes do momento. É possível, pois, estabelecer o diálogo com a governança, que é

---

<sup>3</sup> É um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, de natureza interprofissional, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2012, de 23 de abril.

uma nova forma de governar, um “novo modelo de gestão” do território para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento, como sublinhou Kofi Annan (1998, p.2) em discurso.

Ao tratar deste conceito, é preciso ficar claro que governança é diferente de governação. Na governação, está posto o tradicional governo, um modelo com o Estado no centro, seguindo uma lógica hierárquica. Enquanto isso, no modelo de governança existe uma tríade formada pelo Estado, a sociedade civil e o setor privado, em que o Estado recua em seu papel de decisor, abrindo espaço para a participação ativa dos outros agentes, mas mantendo um papel importante, na mediação em vários entendimentos e garantindo da legitimidade das ações.

A sociedade e as instituições não são estáticas. No início do século XXI, vários autores, como Ascher (2001) e Jouve (2005 apud Chamusca, 2013) sublinharam a ideia de que a sociedade contemporânea se transforma rapidamente, colocando novos desafios à governação dos territórios e obrigando a repensar modelos e estratégias de organização política, econômica e social.

Os produtores e exportadores foram enquadrados em grêmios ou associações específicas. Para o primeiro grupo, criou-se a Federação na Casa do Douro, e os exportadores foram reunidos no Grêmio dos Exportadores do Vinho do Porto. Percebe-se, pois, a necessidade de novas políticas que emergiram de imperativos proclamados por movimentos sociais. Para intermediar, coordenar e fiscalizar as ações deste órgão surgiu o Instituto de Vinhos do Porto (IVP), em 1933.

Nos anos 90 do século XX, esse sistema evoluiu para Conselho Interprofissional, mudou-se o estatuto da Casa do Douro e criou-se, em 1995, uma Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD), que tinha representantes dos produtores e dos exportadores. Para Moreira (1998, p. 257), naquela ocasião a Casa do Douro deixou de ter poder para regulamentar em matéria de vinhos do porto<sup>4</sup>.

Neste século, persistem alguns problemas na Região Demarcada do Douro, o que induziu o Estado a decretar, em novembro de 2003, uma nova reforma institucional, com a fusão do Conselho Interprofissional com o Instituto do Vinho do Porto, num Instituto dos Vinhos do Douro e Porto.

O que isso tem a ver com governança? Segundo Pina em entrevista (2015), os pequenos produtores não têm quem os represente. A Casa do Douro neste momento não existe. É certo que há uma série de associações que oficialmente os representariam, mas na prática isso não ocorre. O IVDP não os representa. O modelo de cooperativas não deu certo, e, por conta de resultados financeiros pífios, os associados se desvinculam delas.

Podemos, aqui, fazer um paralelo com a realidade do Nordeste Brasileiro. O pequeno produtor do campo não consegue se manter no negócio e se vê obrigado a migrar para a cidade,

---

<sup>4</sup> O regime regulatório do vinho do Porto é mais denso do que o dos demais vinhos de qualidade. Mais informações em Moreira (1998).

onde tornou-se operário de fábricas no Sudeste ou subempregado, nesta ou em qualquer outra região. Enquanto isso, o grande proprietário de terras, a exemplo do que ocorre no Vale do São Francisco, produz frutas para exportação e, mais recentemente, envolve-se com a vitivinicultura, usando tecnologia e capital como pilares de seu negócio.

O Vale do São Francisco é uma região sem tradição na produção e no consumo de vinhos. Estes aspectos não invalidam o grande potencial que tem a região em termos de solos e clima para a produção de uvas<sup>5</sup>.

Voltando a RDD, a Organização Comum do Mercado opera desde 2003 e, por meio do Regulamento (CE) n.º 1493/99 do Conselho, de 17 de maio de 2003, ficou estabelecida a organização comum do mercado vitivinícola, com todas as possibilidades postas em prática para melhorar a qualidade e produtividade, num desafio para aumentar a competitividade global.

### **3 RELAÇÕES URBANO-RURAIIS**

#### **3.1. Cidades**

Na tentativa de estabelecer um entendimento entre as relações urbano-rurais na Região Demarcada do Douro, defendemos que o essencial está associado ao vinho, e não é possível dissociá-lo do território nem das cidades mais importantes, pois neles está o Estado, outros atores públicos e o setor privado. Nesse sentido, a representatividade da produção de vinho e de seu comércio vai além da escala local, alcançando a cidade do Porto e a de Vila Nova de Gaia.

Para as cidades, as relações são evidentes com a organização do campo, posto que em Lamego, além da rede hoteleira (paisagem, cultivo da vinha e produção de vinhos) encontra-se a economia de espumantes e de fumeiro. Enquanto isso, em Vila Real, está a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), para formação de capital humano para a vitivinicultura, além do centro cultural, com teatros e locais de exposição, que atende à população dos municípios que compõem a organização formal, Douro Aliance. Por fim, está na cidade de Régua a sede de um dos polos de poder, a Casa do Douro, cooperativas – que congregam pequenos produtores unipessoais – e, mais recentemente, o papel crescente do setor de turismo que remete novamente à paisagem, patrimônio mundial. Apesar dessa ligação, a verdadeira rentabilidade do vinho não permanece nas cidades que compõem o Douro Aliance.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), esses três espaços reuniam 95,672 (46%) dos 205.000 habitantes na zona geográfica do Douro, em 2011, assim distribuídos: Vila Real (25%), Peso da Régua (8%) e Lamego (13%), conforme Gráfico 1. Na escala da Grande Porto, ou seja, a

---

<sup>5</sup> A produção de vinhos no Vale é recente e muito particular, pois é única no mundo em clima tropical.

cidade do Porto e municípios envolventes, a população atinge um (1) milhão de habitantes, o que representa cerca de 10% da população de Portugal.

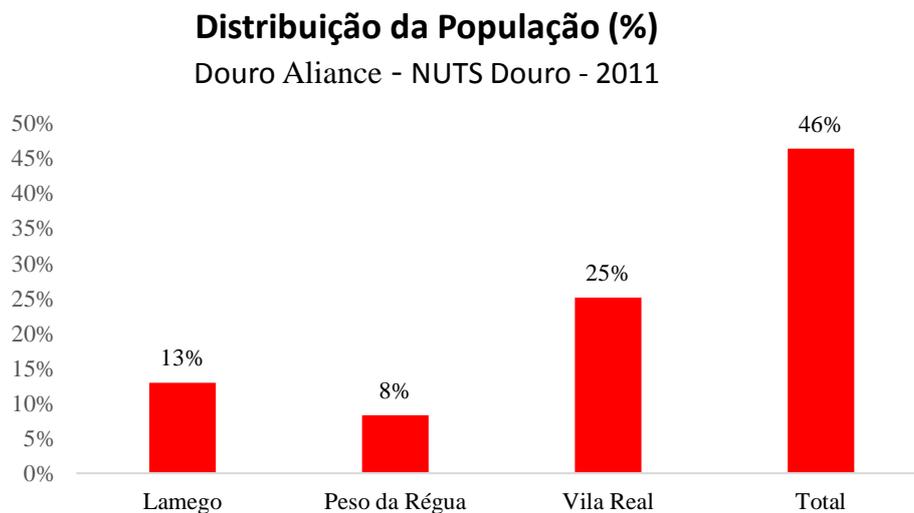


Gráfico 1

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística. 2011. Elaboração própria.

Embora o local seja o produtor de vinhos, as cidades ao entorno não têm suas economias fundamentadas na produção e no comércio de vinho. A renda advinda dessa atividade não permanece de forma plena na região. As áreas de Porto e Vila Nova de Gaia são as ganhadoras, pois no passado tiveram seu crescimento econômico e populacional remetido à importância da economia do vinho, posto que nelas estivesse a concentração empresarial, com os armazéns e ponto de exportação. Em outras palavras, o cultivo da vinha e a produção de vinho ocorrem nos territórios de baixa densidade (rural), mas sua representatividade econômica extrapola essa dimensão.

Outra fonte de renda do território de baixa densidade do Douro vem por meio do turismo, com a combinação da vinha, do vinho e da paisagem tombada como Patrimônio da Humanidade. (fotos 1 e 2)



Foto 1 Região do Douro vinhateiro, Portugal./Patrimônio Mundial da Unesco



Foto 2 Região do Douro vinhateiro, Portugal.  
Patrimônio Mundial da Unesco.

Para garantir essa rentabilidade, torna-se essencial a coexistência do processo de produção do vinho e a manutenção da paisagem com elementos humanos que lá estão para assegurar a viabilidade econômica no modelo posto.

### 3.2. Estrutura fundiária

Do ponto de vista da estrutura fundiária, de acordo com os dados do Instituto do Vinho do Douro e Porto (IVDP, 2014), a Região Demarcada do Douro possui 23.464 exploradores rurais, totalizando 43.805 hectares, distribuídos entre várias categorias. Os produtores com até um hectare

são 15.114 e ocupam uma área de 5.726 hectares conforme Tabela 1. No outro extremo, estão os que operam acima de 20 hectares, representados por apenas 259 produtores, que ocupam uma área de 11.168 hectares, ou seja, quase o dobro do grupo anterior. Por meio de entrevista, soube-se que 32 quintas que ocupam uma área de 2.000ha pertencem a apenas um grupo, e 600ha de vinha pertencem a outro grupo.

Tabela 1 – Estrutura fundiária: exploradores por área  
Região Demarcada do Douro - 2014

Intervalos de área da exploração (ha)	N.º exploradores	Área
Até 1	15.114	5.726
De 1 a 5	6.680	14.455
De 5 a 10	987	6.790
De 10 a 20	424	5.666
Maior que 20	259	11.168
<b>TOTAL</b>	23.464	43.805

Fonte: Adaptado de IVDP (2014). Acesso em: 09 out. 2015.

Neste sentido, vários autores concordam, dentre eles Pina (2004: 339-40; 2015), ser nítida a inserção da classe empresarial, capitalizada e tecnicamente preparada nos espaços mais privilegiados, com vinhedos ampliados e requalificados para mecanização<sup>6</sup>. Os dados do IVDP (2014) confirmam a lenta e contínua inserção da categoria dos exportadores na produção: em 2010, eram 242, passando a 259 em 2015 conforme tabela 1. Em oposição, estão milhares de pequenos proprietários, com exploração familiar, em que a tradição e o empirismo têm raízes profundas. Isso nos leva a perceber a lenta transformação no campo para um quadro de desigualdade socioeconômica, confirmado por indicadores do IVDP, acima citados.

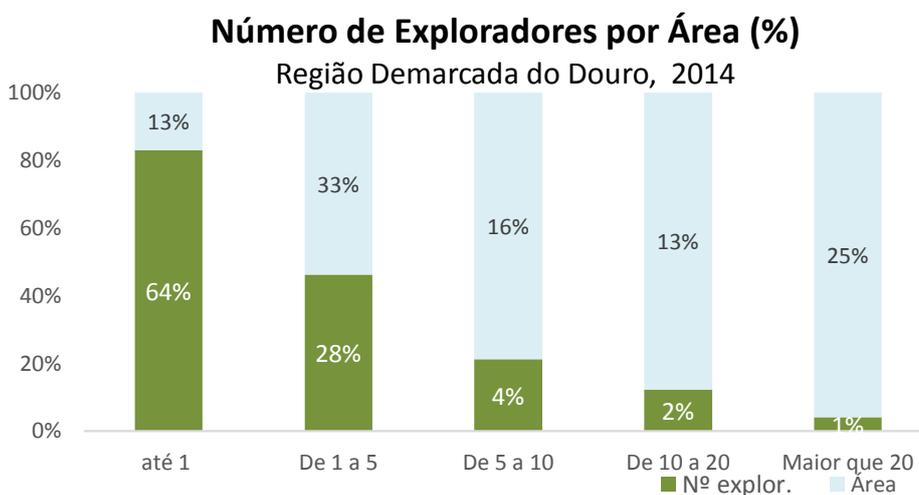
<sup>6</sup> Esse não é um processo geral, posto que alguns, dentre os melhores vinhos, são produzidos por métodos tradicionais, cuja colheita é feita durante a noite, mas algumas uvas são deixadas para colheita na noite seguinte. Tudo isso é em prol da qualidade e sofisticação do como fazer.

Tabela 2 – Estrutura fundiária: exploradores por área (%)  
Região Demarcada do Douro - 2014

Intervalos de área da exploração (ha)	N.º explor.	Área
Até 1	64%	13%
De 1 a 5	28%	33%
De 5 a 10	4%	16%
De 10 a 20	2%	13%
Maior que 20	1%	25%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Adaptado de IVDP (2014). Consulta em: 09 out. 2015.

A estrutura fundiária é problemática, quando se refere às grandes propriedades que representam apenas 1% do total de exploradores, detendo 25% da área total, conforme Tabela 2 e Gráfico 1. Revela-se concentração fundiária, com um pequeno número de proprietários explorando uma enorme porção de terras.



Fonte: Adaptado de IVDP, 2014. Consulta em: 09 out. 2015.

A expansão de grupos fortes e o apoio dado pelo Estado podem remeter a outra região do Nordeste brasileiro, a Zona da Mata, e alcançar o senhor de engenho de tempos longínquos, envolvido com a monocultura da cana-de-açúcar. Este ator, mais adiante, tornou-se usineiro e, ao mesmo tempo, político, enfim, dominante, usufruindo de subsídios, incentivos e benefícios do Estado, e hoje seus descendentes são políticos e empresários, a exemplo do que ocorre no Complexo Industrial e Portuário de Suape (Domingues, 2015).

Diante de conjunturas na RDD que levam à mudança institucional, percebe-se que, nas negociações e nos acordos, estão os três elementos: o Estado, o pequeno produtor e o exportador. O jogo de poder é evidente, com os grupos dominantes a escolher os seus sucessores e a influenciar a criação de instituições que defendam os seus interesses, como afirmavam Veblen (1965) e North (1981, 1990).

Quando comparamos a região portuguesa com a estrutura fundiária brasileira – historicamente desigual, segundo indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),<sup>7</sup> os quais apontam para uma enorme desigualdade na distribuição de terras vemos situações semelhantes. No caso do Brasil esta desigualdade leva a conflitos pela posse da terra, resultando, algumas vezes, em mortes. Então se questiona: esse seria um problema de países em desenvolvimento que adotaram o modelo do colonizador (monocultura e grande propriedade) Como se explica a existência dessa realidade hoje em Portugal, “país desenvolvido”?

#### **4 Conclusão – Tendência de futuro**

A Região Demarcada do Douro é hoje viável em duas direções. A primeira, com a manutenção de sua paisagem, alcança o negócio de turismo, aumentando significativamente o número de visitantes de ano para ano e aumentando também, mas não tanto, o número e a qualidade de unidades de alojamento e restauração. Para sua viabilidade, encontra-se em vigor a regulamentação para preservação, qualificando-se com maior valoração. Pode ser visto como associado a este plano o papel do pequeno produtor, conservando a paisagem e a cultura que justificaram sua valoração.

A outra direção é aquela historicamente vivida pela região: da produção de vinho, sua manutenção no mercado internacional com produtos diferenciados, o vinho do Porto e o vinho de mesa, e da disputa histórica entre pequenos produtores e exportadores.

No que diz respeito ao campo, há mudanças evidentes de perfil na apropriação da terra, estabelecendo-se a concentração fundiária nas mãos da categoria empresarial. Apesar da desigualdade existente, não há pobreza de fato. No entanto, isso não invalida que novas políticas públicas tenham no centro de suas formulações melhores condições para o pequeno produtor, além da inserção dos vinhos no mercado global, por via de médias e grandes empresas.

É pertinente ressaltar que tal capital possa estar além das fronteiras portuguesas, nas mãos de estrangeiros, a exemplo, ingleses e franceses. Esse processo ganha notoriedade, inviabilizando a identificação dos verdadeiros pontos de decisão. Nesse sentido, tendo em vista que o local

---

<sup>7</sup> Órgão do governo federal encarregado do levantamento de dados do país. É semelhante ao INE.

vinhateiro é fundamental na produção de vinhos e, ao mesmo tempo, possuidor da paisagem tombada como patrimônio mundial, torna-se uma grande fonte de renda que vai além da escala local.

### **Agradecimentos**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiadora do Programa de Estágio Sênior na Universidade do Porto, Portugal.

Ao professor José Alberto Rio Fernandes (professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, Universidade do Porto), meu supervisor, por possibilitar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

### **Referências**

ANNAN, K. **Report of the Secretary-General on the work of the Organization**. Chapter II. ONU. 1998.

CARMO, F. Planos Regionais de Ordenamento do Território e governança territorial: do discurso às evidências da prática. *GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 2014, vol.5, p.41-65. Disponível em <http://cegot.org> [Consultado em 01 de novembro de 2014]

CHAMUSCA, P. Novos desafios e objetivos de governação territorial: discutindo a reorganização do Estado e a conceptualização da governança como modelo de gestão dos territórios. *GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 2013, vol.4. Disponível em <http://cegot.org> [Consultado em 01 de novembro de 2014]

DOMINGUES, Rita Alcântara. Ordenamento do território no complexo portuário de Suape – Brasil. **Anais do X Congresso da geografia portuguesa**. Os valores da geografia. Lisboa. set. 2015.

LACAZE J. P. **O ordenamento do território**. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.

MOREIRA, Vital. O sistema regulatório do vinho do Porto (e dos demais vinhos do Douro). In **O governo de Baco**. Porto: Edições Afrontamento Lta. 1998, p.225-283.

NORTH, D. C. **Structure and change in economic history**. New York: W.W. Norton. 1981.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press. 1990.

NORTH, D. C. Desempeño económico en el transcurso de los años. **CONFERENCIA DE NORTH EN ESTOCOLMO**, Suecia, el 09 diciembre del 1993 al recibir el Premio Nobel de Ciencias Económicas. 1993. Disponível em [www.eumed.net](http://www.eumed.net) [Consultado em 03 de maio de 2004]

PINA, Maria Helena Mesquita. A expansão e a reconversão vitícola na região demarcada do Douro – algumas problemáticas. *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa*, Associação Portuguesa de Geógrafos, Universidade do Minho, Guimarães. 2004. p.319-342.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Pioneira. 1965.

VEBLEN, T. Sobre la naturaleza del capital. **Revista de Economía Institucional**, 2000, vol.2, p.197-216.

WILLIAMSON, Oliver. E. **Transactions cost economics and organization theory**. Berkeley: University of California. 1993.